


Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2012

*Fevereiro de 2013
Este relatório contém 19 páginas*

*Capital Social 1.000.002.375 Euros – matricula na CRCL com o número único de matrícula e identificação de pessoa coletiva 507 112 741 –
Sede Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 • 2744-002 PORTO SALVO*

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'L. P.', is located in the bottom right corner of the page.

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 3
	Demonstração do rendimento integral 3
	Balanço 4
	Demonstração das alterações no capital próprio 5
	Demonstração dos fluxos de caixa 5
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 6
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 9
II.3	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Fornecimentos e serviços externos 10
Nota 2	Gastos com o pessoal 10
Nota 3	Outros rendimentos e ganhos 10
II.4	Notas ao balanço
Nota 4	Participações financeiras 11
Nota 5	Caixa e depósitos bancários 12
Nota 6	Capital, reservas legais e resultados transitados 12
Nota 7	Estado e outros entes públicos 12
II.5	Outras notas
Nota 8	Transações com partes relacionadas 13
Nota 9	Justo valor 14
Nota 10	Passivos contingentes e compromissos 14
Nota 11	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 14
III	Relatório dos auditores 20



I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2012	2011
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	4.500.000	7.000.000
Fornecimentos e serviços externos	1	(51.825)	(58.920)
Gastos com o pessoal	2	(31.830)	(30.157)
Outros rendimentos e ganhos		1.528	-
Outros gastos e perdas		(70)	(53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.417.802	6.910.870
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.417.802	6.910.870
Juros e gastos similares obtidos	3	4.141.716	3.403.646
Resultado antes de impostos		8.559.518	10.314.516
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	(1.152.122)	(909.668)
Resultado líquido do exercício		7.407.396	9.404.848

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração do rendimento integral

	Eur	
	2012	2011
Resultado líquido do exercício	7.407.396	9.404.848
Total do rendimento integral	7.407.396	9.404.848



Balanço

Ativo	Notas	Eur	
		2012	2011
Ativo não corrente			
Participações financeiras	4	999.953.125	999.953.125
		999.953.125	999.953.125
Ativo corrente			
Acionistas/sócios	8	98.200.000	98.200.000
Outras contas a receber		-	15.813
Caixa e depósitos bancários	5	10.487.701	3.003.473
		108.687.701	101.219.286
Total do Ativo		1.108.640.826	1.101.172.411
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado		1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas legais		8.187.297	7.717.054
Resultados transitados		92.556.198	83.621.593
Resultado líquido do exercício		7.407.396	9.404.848
Total do capital próprio	6	1.108.153.266	1.100.745.870
Passivo			
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	7	484.499	424.147
Acionistas/sócios		52	72
Outras contas a pagar		3.009	2.322
Total do passivo		487.560	426.541
Total do Capital Próprio e Passivo		1.108.640.826	1.101.172.411

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

	Eur				
	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	1.000.002.375	7.621.014	81.796.831	1.920.802	1.091.341.022
Transferência de resultados	-	96.040	1.824.762	(1.920.802)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	9.404.848	9.404.848
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.000.002.375	7.717.054	83.621.593	9.404.848	1.100.745.870
Transferência de resultados	-	470.243	8.934.605	(9.404.848)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	7.407.396	7.407.396
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.000.002.375	8.187.297	92.556.198	7.407.396	1.108.153.266

Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2012	2011
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Resultado líquido do exercício	7.407.396	9.404.848
<i>Ajustamentos por:</i>		
Variação nos impostos ativos / passivos	60.352	236.995
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Devedores diversos	15.813	(11.606.949)
Credores diversos	667	(863)
	7.484.228	(1.965.969)
Variação líquida em caixa e equivalentes	7.484.228	(1.965.969)
Caixa e equivalentes no início do período	3.003.473	4.969.442
Caixa e equivalentes no final do período	10.487.701	3.003.473

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Sociedade'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de Setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objetivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em Julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em Dezembro de 2004, permitindo a efetivação do contrato. As ações foram legalmente transferidas em Janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, Art.º 4.º, a Sociedade adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2013.

Em 2012, a Sociedade adotou as interpretações das IFRS de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Millenniumbcp Ageas exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Millenniumbcp Ageas detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Millenniumbcp Ageas detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As subsidiárias são mensuradas ao custo de aquisição, sujeitas a teste de imparidade.

c) Ativos financeiros

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação como empréstimos concedidos e contas a receber.

Q

17

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Millenniumbcp Ageas ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Millenniumbcp Ageas tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Millenniumbcp Ageas tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Empréstimos concedidos e contas a receber são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sujeitos a testes de imparidade.

d) Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem fornecedores, empréstimos e outras contas a pagar. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação.

h) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

i) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (1) a Millenniumbcp Ageas tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas

j) *Reconhecimento de rendimentos de serviços*

Os rendimentos de serviços são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

k) *Reconhecimento de juros*

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

l) *Dividendos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Millenniumbcp Ageas são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Millenniumbcp Ageas é apresentada na anterior Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Millenniumbcp Ageas poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade de investimentos em subsidiárias

A Millenniumbcp Ageas efetua o teste de imparidade dos investimentos em subsidiárias, tendo por base a estimativa do valor atual dos *cashflows* esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o consequente impacto nos resultados da Millenniumbcp Ageas.

Impostos sobre os lucros

A Millenniumbcp Ageas encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Millenniumbcp Ageas, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração Millenniumbcp Ageas, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos incluem maioritariamente o montante de Euros 49.721 (2011: Euros 56.836) relativos a trabalhos especializados.

Nota 2 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal referem-se em 2012 e 2011 na totalidade a remunerações pagas ao Conselho Fiscal.

Nota 3 – Juros e gastos similares obtidos

Os juros e gastos similares obtidos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Juros de empréstimos de financiamento	3.931.748	3.311.506
Juros de depósitos bancários	209.968	92.140
Total	4.141.716	3.403.646

Em 2012 e 2011, os Juros de empréstimos de financiamento referem-se aos empréstimos concedidos à subsidiária Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., conforme nota 8.

II.4 Notas ao balanço

Nota 4 – Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as empresas subsidiárias da Millenniumbcp Ageas eram as seguintes:

Subsidiárias	Sede	Atividade Económica	Capital (Euro)	% participação do Grupo
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	Seguros	12.500.000	100
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	Seguros de Vida	22.375.000	100
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	Seguros	12.000.000	100
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	Gestão de Fundos de Pensões	1.200.000	100

O valor das participações financeiras da Millenniumbcp Ageas nas suas subsidiárias, são analisadas como segue:

	Euros
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	864.952.375
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	80.000.000
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	30.000.000
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	25.000.000
	<u>999.952.375</u>

Como referido nas políticas contabilísticas, a Millenniumbcp Ageas efetuou uma revisão ao valor recuperável dos investimentos nas subsidiárias, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efetuado com base no orçamento a 3 anos de cada uma das unidades de negócio, aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo, considerando uma taxa de crescimento a longo prazo de 2%. O valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto média de 14% (2011: média de 13,7%).

Adicionalmente, na rubrica de participações financeiras, à data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontra-se registado o montante de Euros 750, relativo à participação detida na Millenniumbcp – Prestação de Serviços, A.C.E.

Nota 5 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 6 – Capital, reservas legais e resultados transitados

Capital

O capital da Millenniumbcp Ageas, Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., de Euros 1.000.002.375, representado por 200.000.475 ações de valor nominal Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Os acionistas da Millenniumbcp Ageas são como segue:

	Nº ações	% participação
Banco Comercial Português, S.A. (*)	98.000.233	49
Ageas Insurance International, N.V.	102.000.242	51
	200.000.475	100

(*) Através do BCP Investments BV, detido a 100% pelo Banco Comercial Português, S.A.

Na Assembleia Geral realizada a 3 de janeiro de 2013 foi aprovada a distribuição de Reservas Livres aos acionistas, no montante de Euros 40.000.000. O impacto desta medida foi registado nas contas relativas ao período findo em 31 de janeiro de 2013.

Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Nota 7 – Estado e outros entes públicos

Em 2012, e enquanto decorrer a intervenção da Troika em Portugal, esperada até ao final de 2013, a carga fiscal é determinada com base numa taxa máxima de 31,5% (compreendendo a taxa nominal de imposto e derramas), como se segue:

Eur	
Taxa	Lucro tributável
26,5%	Até 1.500.000
29,5%	1.500.000 a 10.000.000
31,5%	> 10.000.000

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os saldos passivos relativos a impostos registados no Balanço da Sociedade correspondem na totalidade a impostos correntes, ascendendo respetivamente a Euros 484.499 e Euros 424.147.

Com relação ao imposto corrente sobre o rendimento registado nos resultados de 2012 e 2011, no montante de Euros 1.152.122 e Euros 909.668, a reconciliação da respetiva taxa é analisada como segue:

	Eur	
	2012	2011
Resultado antes de impostos	8.559.518	10.314.516
Taxa de imposto	29,0%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	2.482.260	2.991.210
Dividendos excluídos de tributação	(1.305.000)	(2.030.000)
Outras diferenças permanentes	(25.138)	(51.542)
	1.152.122	909.668

II.5 Outras notas

Nota 8 - Transações com partes relacionadas

A análise das transações com partes relacionadas em 2012 e 2011, é analisada como segue:

	Eur					
Balanço	Grupo BCP	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Médias	Pensões gere	Total
Participações financeiras	750	864.952.375	80.000.000	30.000.000	25.000.000	999.953.125
Empréstimos concedidos	-	98.200.000	-	-	-	98.200.000
Caixa e depósitos bancários	10.487.701	-	-	-	-	10.487.701
Total ativo	10.488.451	963.152.375	80.000.000	30.000.000	25.000.000	1.108.640.826
Total passivo	-	-	-	-	-	-
Líquido ativo/passivo 2012	10.488.451	963.152.375	80.000.000	30.000.000	25.000.000	1.108.640.826
Líquido ativo/passivo 2011	3.004.223	963.152.375	80.000.000	30.000.000	25.000.000	1.101.156.598

	Eur					
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Médias	Pensões gere	Total
Dividendos	-	-	4.500.000	-	-	4.500.000
Juros de depósitos	209.968	-	-	-	-	209.968
Juros de empréstimos	-	3.931.748	-	-	-	3.931.748
Total rendimentos	209.968	3.931.748	4.500.000	-	-	8.641.716
Total gastos	-	-	-	-	-	-
Líquido rendimentos/gastos 2012	209.968	3.931.748	4.500.000	-	-	8.641.716
Líquido rendimentos/gastos 2011	92.140	3.311.506	-	-	7.000.000	10.403.646

As transações com Partes relacionadas, que não relativas à distribuição de dividendos, foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

Nota 9 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Millenniumbcp Ageas são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Outras contas a receber e a pagar

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 10 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Sociedade não está diretamente envolvida em processos judiciais em Portugal.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não havia garantias prestadas ou recebidas.

Nota 11 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de Outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de Novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A Sociedade não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção destas alterações.

5

07

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de Dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A Sociedade não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção desta alteração.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados, das que nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afectam apenas a apresentação e não têm qualquer impacto na posição financeira ou performance da Sociedade.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui alterações fundamentais, como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano, como simples clarificações e reajustamentos de texto. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de benefícios pós-emprego serão diretamente reconhecidas no Capital, em outro rendimento integral (OCI). A norma alterada terá impacto no gasto líquido com os benefícios, já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido.

A Sociedade não espera qualquer impacto decorrente da aplicação da nova IAS 19.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos

9

15
L.B. 7

que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

A Sociedade espera que a adoção das alterações à IFRS 7 passe a exigir maior extensão nas divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Sociedade não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações à IAS 32, tendo em conta a política contabilística já adotada.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação segundo o IFRS 10, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Sociedade não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

F

No entanto, a Sociedade não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e os contabilize em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Sociedade ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma. No entanto, a Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Sociedade está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12, em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

A Sociedade está presentemente a rever as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá algum impacto nas suas demonstrações financeiras.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que a Sociedade proporcione divulgações adicionais. Estas incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre mensurações de justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Sociedade:

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar estas alterações na mesma data de aplicação plena da IFRS 10.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que as políticas contabilísticas adotadas encontram-se em linha com as orientações emitidas.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para

proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 de forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

A Sociedade iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Sociedade, não é contudo expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



2

